

ENVELHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS

Gabriel Azevêdo Costa Lima¹

Resumo. A idéia deste artigo consiste em discutir a gênese dos conceitos modernos de categorização da vida na *velhice*, que em si já é um constructo, que apresenta diversas facetas e contextos singulares. Esses conceitos (terceira idade, idoso, melhor idade, dentre outros) apresentam-se enquanto símbolos trabalhados no cerne da *luta política* da dita *categoria* (idosos), a partir da segunda metade do século XX, que constituíram um verdadeiro arcabouço simbólico para as permutas das constituições identitárias dos indivíduos, reconhecidos como possuidores de *idades avançadas*. No desenrolar do artigo será feita uma reflexão, concomitante com a questão da construção dos conceitos, acerca da relação existente entre aposentadoria e terceira idade, no que concerne às suas interlocuções históricas. A perspectiva teórica adotada trabalha com o princípio de que é preciso desnudar o caráter sócio-histórico das categorias (identidades), que são naturalizadas e *corporificadas* pelos sujeitos, mediante um processo que estabelece padrões normativos hierarquizados. Nesta configuração da sociedade, que define os sujeitos ideais (normais) em detrimento dos sujeitos perigosos (anormais), a sociedade moderna foi organizada, pautada nos discursos refletivos dos valores burgueses e cristãos. Tomando estas prerrogativas como referência da discussão, a noção de *idoso*

¹ Mestre em Sociologia, Especialista em Psicologia Social. Professor de Filosofia e Sociologia

representa a forma como a sociedade contemporânea busca redefinir e instituir o que é ser hoje um *velho aceitável*, ideal.

Palavras-chave: sociedade, aposentadoria, idoso, terceira idade.

Abstract. The idea for this article consists in discussing the genesis of modern concept of categorization of life in old age, concept that introduce single contexts. These concepts (elderly, elder, better age, and others) introduce symbols worked in the center of political fight of the named elder category from the half second of XX century, that have built a true symbolic universe to genesis of identities of the people, recognized as old ages owners. In the development of this article a reflexion will be made about the connections between retirement and elderly, in their historicals interlocutions. This theoretic perspective works in the principle that is necessary to understand the social-historical character of categories (identities), which are naturalized and corporified by the subjects in a process that establishes prescriptive standards. In this configuration of society that determine the subjects ideal (normal) in detriment of dangerous subjects (abnormal), the modern society was organized with base in the discuss that reflects the capitalists and christians principles. The notion of elder represents the way how the contemporary society wants to redefine what is to be an acceptable, ideal old person.

Key Words: society, retirement, elderly, elder.

Desde Ariés (1981), cujos estudos sobre a historicidade da *construção social da infância*, nos anos 60, se tornaram referências

para situar as discussões das ciências humanas acerca da organização e construção das *fases etárias* no âmbito da vida social, tornou-se premente a necessidade destes estudos para se compreender importantes nuances das estruturas de funcionamento e da reprodução socio-cultural das sociedades. Desde então, vem sendo reiterada a importância de pesquisas que busquem investigar as relações existentes entre a sociedade e as *fases da vida*, considerando que estas *fases* são dotadas de papéis sociais e capitais simbólicos específicos, conforme os contextos socio-culturais vão circunscrevendo².

Ao longo das décadas, as discussões sobre as *fases da vida* foram se sofisticando, por conta do fomento que foram tendo nos meios de investigação acadêmica e das contribuições interdisciplinares, uma vez que os problemas levantados mobilizam os saberes das mais diversas áreas (medicina, psicologia, sociologia, antropologia, demografia, políticas públicas, geriatria, gerontologia, etc).

Ariés (1981) aponta para o século XVIII como o período em que surge o modelo da *fa-*

2 "A infância e a velhice são universos que a sociedade moderna e seus esquemas de poder intentam colocar sob controle e adequação de seus próprios interesses, mas que escapam com freqüência a essa opressão ou, permanentemente ameaçam escapar, pois que não estão inteiramente subsumidos aos ditames da ordem social objetiva, como de resto, nem os adultos estão, embora não o percebam claramente." (GUSMÃO, 2003, p.25)

mília moderna, uma família configurada como o *espaço da intimidade*, distinta do espaço público, pois é o ambiente do afeto, onde a criança tem as atenções ao seu dispor, a mulher adulta tem a função de garantir um ambiente propício a essa intimidade, e ao homem adulto é reiterada a obrigação de ser o provedor das necessidades materiais. Deste modo, há uma clara ordenação das *temporalidades* etárias dos indivíduos, um processo de socialização neste contexto de demandas históricas específicas (Revolução Industrial), que instituiu hierarquizações e papéis distintos para as *fases da vida*. As demarcações estabelecidas passam a fazer parte da *experiência dóxica*³, enraizando-se culturalmente, como por exemplo: a definição da *infância* como fase da escolarização, da *vida adulta* como a época de se produzir no trabalho e para se constituir a família, e da *velhice* como momento de reclusão social gradativa (aposentadoria) para *ceder espaço* às gerações mais novas.

Faz-se pertinente aqui mencionar os estudos de Foucault (1998) acerca das formas de controle aperfeiçoadas no século XIX, através

3 A experiência dóxica, na definição de Bourdieu, é a constituição da naturalização da percepção do mundo social, o que o torna legítimo de uma forma instituída e corporificada (*habitus*), abolindo qualquer possibilidade de reflexão crítica, lutas cognitivas, do que é apresentado por sua conformação. (BOURDIEU, 1999)

dos saberes das ciências, que objetivavam reproduzir um eficiente *funcionamento* social, condizente com a lógica industrial, uma *lógica positiva* (produtiva). A constituição ou aperfeiçoamento de instituições reguladoras e reprodutoras da conduta social, nesta perspectiva, é a grande marca da modernidade. As instituições em questão (escolas, governos, igrejas, asilos, hospitais, pedagogia, psiquiatria, etc) são lócus sociais que também adquirem a característica de trabalharem os seus campos de atuação como *laboratórios de poder*, espaços cuja ação visa observar, medir, categorizar, etc, para aprimorar a racionalização de sua gestão, tendo a finalidade de tornar mais eficiente a sua potencialidade de exercer controle na esfera de poder a que se destina. Falando-se em *velhos*, pois ainda tratamos do século XIX, período em que o conceito de *idoso* ainda está fora de cena, as instituições a eles destinadas neste período (asilos e instituições psiquiátricas) refletem a concepção reinante no período acerca da velhice, fase de ostracismo planejado para não perturbar a ordem vigente.

A forma de organização social constituída na *sociedade disciplinar, século XIX* (FOUCAULT, 1998), se apóia na classificação dos indivíduos, definindo perfis de normalidade impostos, criando categorias opostas cuja polaridade é indispensável ao *sistema de institucionalização das regras normativas: o doen-*

te e o saudável, o feio e o bonito, o civilizado e o selvagem, a mulher decente e a prostituta, o jovem e o velho, etc. Os possuidores dos *corpos abjetos, queers*, em contraste com os *corpos que importam* (BUTLER, 2002) – jovens, do sexo masculino, brancos, heterossexuais, burgueses, cristãos, dentre outros ideais de padrão - devem ser mantidos *sob controle*, para que se mantenha conservado, ao máximo, o padrão de funcionalidade e organização social idealizado pela demanda da sociedade moderna. Os devidos *diagnósticos científicos e estéticos*, utilizados para classificá-los, marcam os contornos da aceitação social dos indivíduos, assim como determina os *estigmas* (GOFFMAN, 1988) que dificultam essa aceitação, *ferramentas* da construção da identidade dos sujeitos⁴.

Ainda no século XIX, com a consolidação do processo histórico da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, as mudanças acarretadas por este contexto marcam profundamente a relação da sociedade com o velho. Poderíamos elencar estas transformações em fundamentalmente: o êxodo rural, o aparecimento do operariado, o desenvolvimento da

4 "En este sentido, pues, el sujeto se constituye a través de la fuerza de la exclusión y la abyección, una fuerza que produce un exterior constitutivo del sujeto como su propio repudio fundacional." (BUTLER, p.20, 2002)

ciência, o crescimento demográfico e a ampliação da perspectiva de vida⁵.

Tais fenômenos fizeram com que a *produtividade*, atrelada à *acumulação de capital*, passasse a ser reconhecida como valor primordial para o sustento e crescimento qualitativo da civilização ocidental. Neste contexto, a população de velhos cresce consideravelmente, em detrimento de sua importância. A ideologia liberal deste período prega a igualdade de chances, não estabelecendo nenhum compromisso dos poderes públicos para com os menos abastados, para assegurar essa condição de igualdade na luta pela sobrevivência e no reconhecimento social, numa perspectiva ampla (HOBSBAWM, 1981). Diante disso, a situação do velho torna-se ainda mais grave, já que ele neste momento não acompanha as exigências preestabelecidas pelo sistema capitalista, a fim de assegurar a sua meta de desenvolvimento. Leis e estatutos, criados a partir desta época, legitimaram e institucionalizaram o *aumento*

5 "A expectativa média de vida aumentou muito ao longo do século XIX. Em 1801, era de trinta anos. Em 1850 é de 38 anos para os homens e de 41 para as mulheres; em 1913, de 48 anos para os homens e de 52 para as mulheres. Mas os ricos têm uma probabilidade bem maior de viver mais que os pobres. Na França de 1870 a 1914, "para os homens de quarenta anos, a morte atingia noventa patrões, 130 empregados e 160 operários entre 10 mil franceses de cada categoria". Em Bordeaux, em 1823, a idade média no momento da morte é de 49 anos entre os burgueses, para 33 entre o povo." (PERROT, 2003, p.255)

da produção como objeto social mais importante, decretando, desta forma, a *morte social* do velho, por considerá-lo improdutivo, do ponto de vista mais imediato, em relação às exigências sociais instituídas⁶.

Na sociedade europeia do século XIX as políticas de aposentadoria ainda eram muito restritas, não havendo políticas públicas que atingissem a vasta variedade de categorias profissionais existentes. Em geral, era um privilégio de poucos setores mais organizados, com poderes tanto políticos quanto econômicos. Os profissionais liberais, por exemplo, se organizavam por conta própria, sem o aparato do Estado, para garantir os seus proventos para o momento em que se *retirassem* do exercício sistemático em seu campo profissional. Entre os poucos que usufruíam o direito de receber a pensão, assegurado por uma legislação, destacavam-se

6 "A análise feita há cem anos por Tocqueville verificou-se integralmente nesse meio tempo. Sob o monopólio privado da cultura a tirania deixa o corpo livre e vai direto à alma. O mestre não diz mais: você pensará como eu ou morrerá. Ele diz: você é livre de não pensar como eu: sua vida, seus bens, tudo você há de conservar, mas de hoje em diante você será um estrangeiro entre nós." Quem não se conforma é punido com uma impotência econômica que se prolonga na impotência espiritual do individualista. Excluído da atividade industrial (grifo nosso), ele terá sua insuficiência facilmente comprovada. Atualmente em fase de desagregação na esfera da produção material, o mecanismo da oferta e da procura continua atuante na superestrutura como mecanismo de controle em favor dos dominantes." (ADORNO; HORKHEIMER, 1985: 125)

os funcionários públicos. Quanto aos operários, raríssimos eram os casos em que gozavam da aposentadoria, à exceção daqueles ligados aos serviços promovidos pelo Estado, companhias ferroviárias, indústrias de grande porte, etc. Os camponeses, em geral, ficavam na velhice a mercê da boa vontade de seus familiares.

A partir da *lei de 1910*, na França, passa-se a discutir o problema das *aposentadorias rurais e operárias*. Embora tenha sido (a lei) um tanto evasiva e muito questionada, tornou-se um marco, por trazer à tona tais discussões. Essas discussões são produtos de uma realidade nova, já que a solidariedade entre gerações tende a diluir-se no mundo industrial. As casas operárias minúsculas, os salários insuficientes, a inexistência das pensões em muitos casos, contribuíam para que as famílias passassem, cada vez mais, a recorrer ao confinamento dos seus velhos em asilos públicos (no contexto europeu). Esses exemplos dão mostras da tensão criada entre a sociedade civil e os poderes públicos, no que toca ao destino a se dar na gerência pública e privada, ambas imbricadas na vida das pessoas na velhice⁷ (PERROT, 2003).

7 "O fato de que a velhice se transforme num "risco" que deve ser coberto por um seguro, como a doença e os acidentes, mostra a distorção das solidariedades familiares e, ao mesmo tempo, uma alteração nas percepções do tempo de vida. Essa consciência da

A partir do período do pós-guerra, século XX, o conhecimento das características etárias das populações, em destaque na Europa e nos Estados Unidos, tornam-se objetos de pesquisa por parte das instituições públicas, com o intuito de subsidiar o planejamento das políticas de gestão das populações e do espaço público e privado. Por conseguinte, essa época marca a gênese das políticas mais *abrangentes* da aposentadoria, assim como, entrona o *envelhecimento* como problema de caráter político, tirando-o do confinamento social, em termos de discussão pública (DEBERT, 2004).

A consolidação das políticas de seguridade social na velhice estabelece a possibilidade do velho experimentar novos modelos sociais, levando-se em conta a maior independência material adquirida que, conseqüentemente, confere-lhe maior mobilidade para transitar nos espaços sociais. Nos anos 60 essa conjuntura torna o campo político e social propício ao aparecimento do movimento da Terceira Idade. O movimento surge inicialmente na França, num período em que emergem novos parâmetros para se determinar os padrões ideais para os estilos de vida na velhice, florescem as *universidades da Tercei-*

velhice, que, segundo a avó de George Sand, foi criada pela Revolução, corresponde a uma mutação de grande porte, a ser estudada." (PERROT, 2003, p.172)

ra Idade. A pretensão inicial do movimento é apontar o caminho mais viável e digno para o velho trilhar no momento do seu *afastamento da vida produtiva*.

Em reforço às novas concepções e posturas frente ao fenômeno da velhice, a escrita norte-americana sobre o tema nos anos 70, sobretudo a dos gerontólogos, irá abarcar o postulado da *velhice bem sucedida*. Esse novo conceito confronta o arraigado paradigma que alia a velhice com a idéia de senescência e decrepitude. O ideal envelhecimento, neste caso, está associado à busca da preservação da autonomia física e mental, ao saudável envolvimento social (sair da clausura) e ao bem-estar subjetivo (equilíbrio emocional) (SILVA, 1999).

A Terceira Idade constitui-se como uma importante nomenclatura moderna para a conceituação oficial da velhice, sendo os *idosos* (seus membros), cidadãos a partir de sessenta anos de idade, aqueles que estão nessa fase da vida. A definição dos sessenta anos como referência da entrada na velhice pelo indivíduo, sua condição de *idoso*, foi instituída pela ONU em 1985⁸. A palavra *Terceira*

8 Os estudos dos especialistas engajados na questão, mediante seus estudos sobre população e políticas sociais, adotaram a referência da idade de 60 anos como referência para a velhice, considerando: uma idade estimada em que os indivíduos passam a sofrer de modo contundente as transformações biológicas e o desengajamento do mundo do trabalho nas sociedades ocidentais. Ver Mascaro (1996).

Idade, tende a se referir ao segmento social que abarca os *jovens velhos*, ainda dinâmicos e ativos, do ponto de vista social vigente, que são aqueles que se envolvem com esportes, bailes, movimentos sociais, etc (CARDOSO, 2003). Para Debert (2004) a terceira idade é uma construção social que institucionalizou e categorizou a velhice, construiu a idéia de um *novo velho*, o *idoso*, amparada em constructos conceituais da gerontologia da segunda metade do século XX, que gradualmente foi cedendo espaço para discussões interdisciplinares. Basicamente, a Terceira Idade passa a demarcar um conjunto de posturas e objetivos legítimos para a velhice, dentre eles, a busca pelas atividades que retardem os efeitos (biológicos) do envelhecimento e pelo incentivo da participação cidadã do idoso em seu meio social.

A construção dos discursos da terceira idade, discursos que categorizam *um velho* e *uma velhice ideal* a ser buscada por todos, tem tido uma repercussão crescente nas últimas décadas, tanto nos países desenvolvidos como nos países emergentes, o caso do Brasil, cuja população de *idosos* vem aumentando. Muito dos aspectos convencionados nestes discursos, fazem referência às virtudes da juventude como a perspectiva ideal para se construir o estilo de vida dos velhos. A apropriação desses discursos pelo mercado, ávido em capturar os *vovôs* detentores de poder

aquisitivo, com seus pacotes de excursões, cosméticos, planos de saúde e etc, reforçam e desvirtuam os saberes em construção sobre o envelhecimento. Essa dinâmica modela, em certo ponto, um *mundo fictício* para a velhice, que exclui uma considerável população de velhos, que não têm como atingir, ou mesmo manter, o estilo de vida *idealizado e cobrado*. Tal processo, além de tudo, ignora e repreende, em certo ponto, as escolhas dos sujeitos, como as de não se sujeitarem às intervenções que ditam as formas de se viver e de se sentir a velhice.

A tentativa de se buscar *jovializar* o velho a partir de sua *mudança* para a condição de *idoso* incide em dificuldades consideráveis. É pertinente refletir que as dificuldades existentes nas relações dos idosos com a sociedade têm como uma de suas causas cruciais a recusa de identificação dos indivíduos de outras faixas etárias com os indivíduos dito *velhos*, e também dos próprios indivíduos *velhos* em aceitarem seus próprios *processos de envelhecimento*. Há de se considerar que a realidade de *fragilização* do indivíduo nos processos de envelhecimento e morte soa para a nossa cultura como algo tenebroso, que deve ser, dentro de certos limites, maquiada ou banida do cenário social público, para não perturbar a *estética padrão* concebida pela indústria cultural que divulga o

ideal do hedonismo e da assepsia⁹.

Essa fuga da nossa *realidade biológica*, da perda de vitalidade do corpo e da morte, e as conseqüentes limitações sociais que a estende, está presente no nosso cotidiano nas mínimas coisas, pois temos que parecer sempre robustos, dispostos e alegres, não há lugar para se baixar a guarda e demonstrar as nossas frustrações e desânimos refletidos no corpo. O ideal a se perseguir deve ser as virtudes da juventude, como se não houvesse outras possibilidades de reconhecimento social. Assim, mediante esta reflexão, pode-se arriscar dizer que a *proposta política* da Terceira Idade para o *indivíduo de idade avançada*, o *idoso*, é a antítese, a desconstrução dos símbolos que a *velhice* acumulou ao longo dos tempos. A proposta da Terceira Idade, pelo menos em sua forma mais genérica de divulgação, aponta para o objetivo implícito de *afastar o velho da velhice*. Em suma, *fazê-lo idoso*.

Neste contexto, a designação *idoso* apresenta contornos de significações políticas trabalhadas pelos discursos da terceira ida-

9 "A maneira como as pessoas dão conta, quando envelhecem, de sua maior dependência dos outros, da diminuição de sua força potencial, difere amplamente de uma para outra. Depende de todo o curso de suas vidas e, portanto, da estrutura de sua personalidade. Mas também será útil lembrar que algumas das coisas que os velhos fazem, em particular as coisas estranhas, estão relacionadas a seu medo de perder a força e a independência, e especialmente de perder o controle de si mesmo." (ELIAS, 2001, p.82)

de, idealizadora de um *velho ideal*. O seu uso acadêmico deve estar sempre atento para sua plasticidade, conforme os diversos contextos e a historicidade do campo a que se insere¹⁰.

Debert (2004) chama a atenção para as deturpações, ou mesmo superficialidade, da forma como o discurso gerontológico é apropriado e difundido pela mídia contemporânea. Nas veiculações de massa dos *prognósticos* do envelhecimento, por exemplo, se reitera a todo instante a idéia chave de que um saudável e profícuo envelhecimento deve-se, em principal, à responsabilidade e postura individual do idoso. Tratando-se de uma nação como o Brasil, cujas estruturas jurídicas, políticas e sociais ainda estão *engatinhando*, no que toca aos idosos essa forma de discurso é no mínimo desarticuladora. Trabalha-se, deste modo, uma perspectiva que mascara para a sociedade a complexidade da questão, já que dentre uma gama de fatores, está a relevância da responsabilidade de or-

10 "Assumir que a idade cronológica é o critério universal de classificação para a categoria idoso é correr o risco de afirmar que indivíduos de diferentes lugares e diferentes épocas são homogêneos." (CAMARANO; PASINATO; 2004, p.5)

dem pública (civil e governamental)¹¹.

A Europa Ocidental e os Estados Unidos vivem a partir da década de 80, sendo agravada nos anos 90, a crise do Welfare State, adoção de políticas econômicas no pós-guerra que se voltam para o *bem estar social*, incluindo-se aí as políticas de aposentadoria. O Brasil, no período da crise do Welfare State, teve a peculiaridade, em seu contexto de país subdesenvolvido da América Latina, de estar passando pelo processo de *redemocratização*, reformulação de suas leis e instituições, após duas décadas do poder político da nação ter ficado nas mãos dos militares. Há neste período, em meio ao contexto político e econômico, um reforço da vinculação da imagem do idoso enquanto *peso social*, que drena os recursos públicos, em detrimento de outros grupos sociais também vulneráveis, principalmente nos países onde atuou o Welfare State (EUA e Europa Ocidental). Delineia-se o debate da *equi-*

11 Lopes, em seus estudos sobre tratamento de saúde e uso de medicamentos na velhice tece nas considerações finais de sua pesquisa um comentário que culmina neste ponto: "Com este estudo confirma-se que não é apenas o Ministério da Saúde que deveria se ocupar do direito às condições de saúde. Não há dúvida de que afetam diretamente a saúde e nutrição inadequada e insuficiente, a moradia inadequada e anti-higiênica, o trabalho em ambiente insalubre, a deficiência de tratamento sanitário para água e esgoto, o valor irrisório da aposentadoria para os ditos inativos e a escassez de lazer. É o poder público como um todo que deve assumir a adoção de políticas que propiciem as condições econômicas e sociais para a saúde da população envelhescente." (LOPES, 2000, p. 175)

dade geracional, cujos esforços voltavam-se de modo veemente ao intuito de desarticular os argumentos básicos que legitimizam as políticas sociais em prol da velhice. Esse ataque, feito por este discurso, foi bastante enfático nos Estados Unidos, uma vez que rechaçava os modelos de seguridade social em prol de uma maior dinamização destas políticas para toda a sociedade civil (SIMÕES, 2004).

Em razão do prejuízo histórico do Brasil, devido a negligência e repressão dos militares para com os direitos civis, ao longo dos anos sessenta e setenta, os aposentados nos anos 80 tomam visibilidade a partir de movimentos reivindicatórios em prol de uma profunda reformulação da previdência nacional. Neste período a justiça brasileira fica abarrotada com os processos das categorias de aposentados, que se aproveitam da abertura política para cobrar os reajustes, as reposições e os pagamentos de benefícios. A mídia brasileira cobre a efervescência das contestações dos aposentados, contribuindo juntamente com as lideranças do movimento na elaboração de uma auto-imagem dos idosos brasileiros como *provedores*, pais de família ainda cheios de energia, verdadeiros *agentes políticos*. Esse novo perfil veiculado dos idosos abalava a idéia de que seriam estorvos, *pesos sociais*, onerosos aos cofres públicos; afinal, representavam o eixo econômico de mui-

tas famílias brasileiras¹².

Observamos aqui uma inversão na realidade social, se compararmos com a realidade do século XIX, já comentada, em que a velhice é claramente uma realidade dispendiosa para as famílias não burguesas arcarem. Com a *universalização* da aposentadoria, outra realidade se configura: a *velhice* transforma-se em *meio de sustento*. Tal afirmação não pode ser radicalizada, uma vez que os proventos, na maioria dos casos, não cobrem as necessidades demandadas por um indivíduo idoso (cuidados especializados com a saúde, alimentação, etc). Porém num país como o Brasil, cuja realidade da má distribuição de renda e do fantasma do desemprego ainda são presentes, a aposentadoria de pelo menos um dos integrantes da família pode tornar-se uma espécie de *salvação*.

Em meio a essa agitação política, com o idoso reconstituindo a sua imagem enquanto *agente político*, a Terceira Idade vai despontar no país a partir da década de 80, embora desde os anos 60 o SESC (Serviço Social do Comércio) e a LBA (Legião Brasileira de Assistência) já

12 "Em linhas gerais, tratava-se de mostrar que esses aposentados ainda eram arrimos de família: que sua experiência de aposentadoria não os livraria da necessidade de assegurar o sustento de suas famílias. Ao contrário, muitas vezes, aumentava-lhes a responsabilidade, pois tinham de fazer frente às despesas pessoais crescentes, ligadas principalmente ao cuidado com a saúde, e às despesas do lar, o que incluía com freqüência ser solidário com os apuros das gerações mais jovens." (SIMÕES; 2004, p. 33-34)

tivesse lançado programas exclusivos aos idosos, promovendo atividades de lazer (DEBERT, 2004). Só a partir da década de 80 que tanto os programas da Terceira Idade se multiplicaram, como também, passaram a ter uma postura mais engajada politicamente, que poderíamos assim dizer, mais comprometida com uma *causa*, passando a se organizarem, em certos termos, como parte de um *movimento social*, embora sejam reflexos de políticas públicas em muitos casos. Esses espaços tornam-se os catalizadores, instrumentos político-educacionais, para se colocar em prática os saberes dos especialistas da velhice, sobretudo geriatras e gerontólogos, além de divulgar as novas *técnicas de como envelhecer*, ou *como não envelhecer*, para toda a sociedade.

Simões (2004), em seu artigo, menciona a resistência de muitos ativistas aposentados, no início dos anos 80, que encaravam com ressalvas os idosos participantes dos programas de Terceira Idade. Defendiam a idéia de que essas ações fossem elas governamentais ou privadas, tinham um caráter eminentemente assistencialista, que maculava a imagem do idoso como cidadão ativo e transformador da realidade social. Temiam o reforço de uma visão infantilizadora da velhice, já que a ênfase dos programas era o lazer, atividades para ocupar o tempo dito *ocioso* dos idosos, o que desfigurava, assim acreditavam, o perfil de agente político do *indivíduo aposentado*.

O discurso gerontológico atual tende a dissociar a Terceira Idade da *aposentadoria*, por esta última estar fortemente ligada, em termos de representação, à idéia de *envelhecimento*. Em outras palavras, arriscaria a dizer que é feita também, em termos conceituais difundidos pela militância da Terceira Idade, uma separação da Terceira Idade do *mundo produtivo*, no qual a *aposentadoria* está diretamente associada. É separada do *mundo* onde é feita uma distinção entre o produtivo e o improdutivo. A Terceira Idade busca assumir o estatuto de um mundo ativo, onde se conjuga prazer e ação, lazer e cidadania. Uma nova dinamização da vida, dentro de um *campo social* onde a medida não é em absoluto a *produção*, nos termos do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade ocidental ao longo dos dois últimos séculos (séc. XIX e XX) passou por transformações profundas que acarretaram na consolidação de um sistema social pautado na *produção*, tendo padrões normativos de classificação dos indivíduos e de conduta instituídos como instrumentos de *coesão* para o funcionamento de seus mecanismos de reprodução social.

A questão do envelhecimento e seu trato pela sociedade, ao longo deste período, tam-

bém passaram por mutações consideráveis, tendo formas interessantes de reagir a essa nova sociedade. O velho que no século XIX é condenado ao ostracismo social e estereotipado como improdutivo, passou a conquistar por meio das políticas de seguridade social, em conjunto com a invenção social da Terceira Idade no século XX, novos capitais sociais que estão até os dias atuais recriando e redefinindo a sua posição e a sua permeabilidade política nos espaços sociais.

O velho, em meio a esses fenômenos socio-históricos, transformou-se em idoso, um tipo de categorização dos indivíduos *de mais idade* mais adequada para o sistema social e cultural vigente, que persegue os valores da juventude, ainda que de forma adaptada.

A Terceira Idade instaura um ideal de vida que tem como eixo o exercício da cidadania e a busca pelo bem-estar pessoal, que passam a ser encarados como valores em si para o grupo etário dos idosos, assim como o valor para os mais jovens é a capacidade produtiva.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W, HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª edição. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC S.A., 1981.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos Del "sexo"*. Buenos Aires: Piados, 2002.

CARDOSO, Doris de Moraes. *O significado e a percepção de ser idoso*. 2003. 77 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Introdução. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos sessenta*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p.1-22.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EdUSP/FAPESP, 2004.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos: seguido de "Envelhecer e morrer"*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1998.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (org.). *Infância e Velhice: pesquisa de idéias*. Campinas: Editora Alínea, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789:1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LOPES, Ruth Galehrter da Costa. *Saúde na velhice: as interpretações sociais e os reflexos no uso do medicamento*. São Paulo: EDUC, 2000.

MASCARO, Sonia de Amorim. *O que é velhice*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (coleção Primeiros Passos).

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges (orgs.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.121-186.

SILVA, Flávia Pereira da. *Crenças em relação à velhice: bem-estar subjetivo e motivos para freqüentar a Universidade da Terceira Idade*. 1999. 77f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

GABRIEL AZEVEDO COSTA LIMA

SIMÕES, Júlio Assis. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.25-56.

Recebido em agosto de 2008
Aprovado em outubro de 2008